A BENEFICÊNCIA E A SANTA CASA DE CAMPINAS COMO RESPOSTA À QUESTÃO SOCIAL

CHARITY AND THE SANTA CASA DE CAMPINAS AS A RESPONSE TO THE SOCIAL QUESTION

João Lucas Moura e Souza

UNICAMP

Resumo: Este artigo analisa as motivações das doações feitas pela camada abastada campineira à Santa Casa de Misericórdia entre 1871 e 1889. Essa instituição incorporava as funções assistencial e beneficente, elementos importantes na criação de novas estratégias de controle social e de reforço das hierarquias vigentes, necessários em meio às transformações das relações sociais e econômicas atreladas ao processo de abolição. A instituição, financiada e administrada majoritariamente pela elite escravocrata campineira – ou por figuras a ela ligadas –, transmitia uma imagem, amplamente divulgada pela imprensa, de generosidade e de preocupação com os desassistidos. Portanto, haveria um interesse das elites locais em instrumentalizar a assistência como "concedida", a fim de adquirir prestígio e renovar mecanismos de controle, além de buscarem se precaver da *questão social*.

Palavras-chave: Santa Casa de Campinas; Beneficência; Assistência.

Abstract: This article analyzes the motivations behind the donations made by the wealthy elite of Campinas to the Santa Casa de Misericórdia between 1871 and 1889. This institution embodied both assistance and beneficence, which were important elements in the creation of new strategies for social control and the reinforcement of existing hierarchies—strategies deemed necessary amid the social and economic transformations brought about by the abolition process. Financed and largely administered by the slaveholding elite of Campinas—or those connected to it—both the donations and the institution itself helped to construct an image, widely disseminated by the press, of generosity and concern for the underprivileged, while simultaneously serving to restore the labor force. Therefore, there was a clear interest among local elites in instrumentalizing assistance as something "granted," in order to gain prestige, renew mechanisms of control, and safeguard themselves against emerging social issues.

Keywords: Santa Casa de Campinas; Beneficence; Assistance.

Introdução

Iniciadas as construções em 1871 e inaugurada em 1876, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi a instituição hospitalar de maior respeitabilidade na cidade. Atuando na assistência aos mais pobres, o hospital adquiriu notoriedade entre os campineiros, tornando-se destino de inúmeras doações, principalmente por parte das elites. Buscamos, neste artigo, perscrutar de que maneira as doações se ligavam aos diferentes interesses associados à instituição, de modo que os papeis exercidos pela Misericórdia no contexto social campineiro correspondiam às expectativas de recompensas ou preocupações dos doadores.

De acordo com a bibliografia, as Misericórdias reuniam a alta sociedade local desde o período colonial, onde as elites se envolviam em associações fechadas em prol da caridade (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 29). Embora sua estrutura se aproximasse das confrarias tradicionais, as Santas Casas se distinguiam, primeiro, quanto à sua autonomia — sem a interferência da hierarquia eclesiástica na esfera médica, apenas na parte religiosa — e, segundo, em relação à assistência. Enquanto as outras irmandades prestavam socorros prioritariamente para seus membros e familiares; as Santas Casa atuavam especialmente aos mais pobres. Em geral, ao ingressarem na Misericórdia, seus irmãos não visavam a própria assistência, pois o foco seria acudir aqueles sem recursos (SÁ, 1997). É possível perceber, então, que a atuação dos irmãos frente aos assistidos reforçaria as desigualdades presentes entre a elite local e as camadas populares.

Segundo Tomaschewski, as Santas Casas teriam desempenhado a função de um *locus* de reunião das elites locais, a fim de instrumentalizar a assistência como meio de controle das camadas populares (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 13). Nesse sentido, este artigo pretende demonstrar que o patrocínio das elites campineiras na Santa Casa envolvia não só a intenção de reforçar seu *status*, mas também uma estratégia para manter seu poder social e político.

O recorte temporal estabelecido, de 1871 a 1889, contempla mudanças significativas em âmbito local e nacional, que afetaram direta ou indiretamente a cidade de Campinas e, por consequência, as expectativas depositadas na Santa Casa e o comportamento da beneficência. Em 1871 inicia-se a construção da Misericórdia, marcada por massivas contribuições monetárias feitas pela elite local. Já o ano de 1889 representa o início de uma série de epidemias de febre amarela, que assolariam o município na década seguinte, impactando a relação entre assistência e a beneficência local.

Este período também abrange o processo de desestruturação do regime escravista, impactando as relações sociais campineiras e moldando as expectativas atribuídas à Santa Casa por seus administradores e financiadores. Essas transformações são relevantes pois revelam a relação, direta ou indireta, entre os principais membros da Irmandade da Misericórdia e a elite escravocrata. Com o aumento da população liberta, os laços senhoriais seriam ainda mais enfraquecidos, concedendo à Santa Casa um importante papel na oferta de assistência gratuita aos mais pobres, servindo como uma possível solução para renovar os laços de dependência, além de permitir que as elites locais fossem vistas como benevolentes.

Para criar essa imagem de benevolência, o papel desempenhado pela imprensa foi fundamental. A *Gazeta de Campinas* constantemente enaltecia indivíduos oriundos da camada abastada local quando participavam de obras de caridade ou alforriavam um escravo. É importante notar que muitos desses anunciados como virtuosos também estavam presentes na Santa Casa de Campinas. Em 1877, por exemplo, foi noticiada a alforria concedida por Domingos Leite Penteado, sendo descrita como "um ato este que não se comenta; tem o elogio em si" (MANUMISSÃO, 1877, p. 2). No ano seguinte, Domingos foi eleito para a terceira mesa administrativa da Misericórdia, além de ter contribuído para a instituição em duas oportunidades: doou 500$000 réis duas vezes, uma para a construção do hospital e outra entre 1882 e 1883. Assim, para entender os interesses por trás das doações à Santa Casa, é necessário ter em mente a relação entre a elite local, a beneficência e a imprensa.

No âmbito local, a expansão cafeeira desencadeou um grande desenvolvimento econômico, seguido de expansão demográfica e melhoramentos urbanos. Novos empreendimentos surgiram em Campinas, como o Passeio Público e o Clube de Corridas Campineiro, em 1878, e a linha de bondes, em 1879. Muitos imigrantes europeus vieram com esse crescimento, alterando ainda mais a composição social local. Essas transformações impactaram a mentalidade da elite local, a qual desenvolveu um racionalismo econômico nas relações de trabalho e de assistência visando maior lucratividade em seus investimentos.

Se, de um lado, essas transformações trouxeram novas concepções ligadas ao progresso, à civilização e ao republicanismo — exemplificadas pela *Gazeta de Campinas* —, do outro, essas novas ideias encontrariam um contexto ambíguo dentro da ordem escravista vigente. Segundo Lapa (2008, p. 23), Campinas estaria dividida em "duas cidades": uma entusiasta do progresso e da modernização e outra, de ordem social escravocrata e senhorial. Essas duas realidades conflitantes geravam tensões na sociedade e a elite escravocrata se sentia ameaçada

por possíveis revoltas. Era necessário encontrar formas de preservar seu *status* e poder em meio a um cenário que erodia os laços de dependência senhoriais.

Nesse cenário, a criação da Misericórdia vincular-se-ia com os interesses da elite campineira. Primeiro, como um dos melhoramentos urbanos em desenvolvimento, a instituição concentraria as relações assistenciais locais. Segundo, ela desempenharia o papel de recuperar a mão de obra, correspondendo aos anseios de uma maior produtividade. E, terceiro, o atendimento às camadas populares pela beneficência permitiria que as camadas abastadas se colocassem e fossem percebidas como "caridosas" e virtuosas.

Assim, a partir dessas expectativas, podemos compreender os interesses por trás dos donativos enviados à Misericórdia pela elite campineira. Essas doações compõem um ângulo estratégico para compreender como a assistência foi instrumentalizada para lapidar novas formas de domínio social frente a um contexto de transformações urbanas e sociais. A intenção, portanto, é compreender como as contribuições pecuniárias das camadas abastadas — e a própria Santa Casa — foram usadas para a manutenção do poder local, a fim de enfrentar a crescente tensão social. Para esse fim, é importante nos atentarmos ao papel da imprensa como parte da estratégia de divulgação e visibilidade da elite campineira.

"Ato digno de louvores": doação como forma de exaltar os grupos abastados

Um traço comum nos trabalhos sobre a beneficência é o protagonismo dado às elites. Abordando a província do Ceará, Cláudia Oliveira aponta que os idealizadores dos empreendimentos beneficentes "pertenciam às elites econômicas, possuíam grande prestígio social e político" (OLIVEIRA, 2019, p. 141) e cujas ações não eram desinteressadas, de forma que "o sentido da filantropia para as elites estava intimamente articulado à ideia de recompensa social" (*Ibid.*, p. 136).

Essa prática para as camadas abastadas, portanto, estaria fortemente ligada ao interesse na ampliação de seu prestígio e no reforço de sua posição social. Viscardi (2004) propõe que a beneficência, sobretudo em grandes quantias, não se explica pelo retorno financeiro, mas que "todo este investimento, por parte dos doadores mais ricos, se fazia com o fim de edificar e reforçar seu 'capital simbólico'" (VISCARDI, 2004, p. 105), sendo "materializado pelo conhecimento e reconhecimento de quem os ofertou" (*Ibid.*, p. 106). Ao engrandecer a imagem de seus envolvidos, a assistência e a beneficência tornar-se-iam uma das ferramentas utilizadas

para manter sua posição social. Isso porque o *status*, ao lado do aparato repressivo e econômico, contribui na sustentação da hierarquia social em momentos disruptivos.

Ao cruzarmos as listas de doadores presentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa campineira[1] com as informações obtidas pelos almanaques de Campinas[2], é possível perceber que a proporção de doadores apresentados como fazendeiros, proprietários e/ou capitalistas foi elevada na maior parte dos anos analisados, acima de 35% em 6 dos 7 relatórios de 1876 a 1885 e superando os 50% em 1878-1879. Assim, houve forte apoio financeiro da camada proprietária local à instituição.

Esses doadores desembolsavam, muitas vezes, grandes somas. Desde o início das obras até 1885, encontramos um total de 182 doações acima de 100$000 réis, das quais 63 somavam quantias iguais ou acima de 500$000 réis. Desconsiderando aquelas feitas por sociedade ou de forma anônima, obtemos um total de 159 doações. Deste total, 71% das doações de grande montante foram feitas por doadores descritos nos almanaques como fazendeiros, proprietários e/ou capitalistas[3]. Essa elevada proporção indica o envolvimento direto de uma camada endinheirada, interessada em financiar as atividades da Santa Casa.

O notável envolvimento pecuniário visto acima estaria atrelado às recompensas obtidas, pois essas doações permitiriam "que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos ilustres" (VISCARDI, 2004, p. 106), almejando "uma memória valorativa e mitificada" (OLIVEIRA, 2019, p. 143). Portanto, essas grandes somas dariam visibilidade ao doador, o que justificaria os interesses em participar da Misericórdia.

Observando como essa prática era comum entre os proprietários, pode-se sugerir que ela traria benefícios a todo o grupo dominante local, para além da esfera individual. Essa recompensa seria a promoção de uma imagem positiva, que divulgasse uma elite caracterizada como virtuosa e caridosa. Querer ser vista por sua preocupação com os sofrimentos vividos

[1] Foram utilizados seis relatórios da provedoria, de 1877 até 1887. Estas fontes se encontram no Centro de Memória-Unicamp (CMU), no fundo "Irmandade de Misericórdia de Campinas – Santa Casa". Com esses documentos, obtivemos as listas de doadores em cada ano compromissal, além das avaliações dos provedores sobre o andamento da instituição ao longo dos anos.

[2] Foram utilizados seis almanaques – referentes aos anos de 1872, 1873, 1878, 1879, 1886 e 1888 –, digitalizados pelo arquivo do CMU. Essa fonte contém informações diversificadas sobre os cidadãos campineiros, com listas que informam aspectos econômicos, da sociabilidade e da administração pública local. Os dados obtidos foram cruzados com as informações adquiridas nos periódicos e nos relatórios da provedoria, sendo elaborado um quadro descritivo dos indivíduos que estavam relacionados com a Santa Casa de Campinas

[3] É importante ressaltar que esta porcentagem não considerou os donos de lojas ou fábricas, além disso, os almanaques, muitas vezes, não mencionavam as esposas e filhas dos proprietários que doavam à instituição, portanto, a representatividade de 71% ainda é subvalorizado.

pelos mais pobres serviria para reforçar sua posição social. Assim, participando de associações beneficentes, as camadas abastadas cumpririam "um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local" (VISCARDI, 2004, p. 105).

Se a beneficência, para esse grupo, cumpria a expectativa de construir uma imagem valorativa, logo esses atos não poderiam ser omitidos, mas sim propagandeados, de modo que a imprensa ocupava uma função importante dentro desse contexto: a de divulgar com frequência essas doações, tecendo grandes elogios aos doadores. Assim, os jornais possuíam o papel de ser "o principal canal de comunicação entre as elites e a gente comum, através do qual os valores dominantes e o reforço de sua imagem eram repassados" (*Ibid.*, p. 106).

Encontramos na *Gazeta de Campinas* diversos exemplos que condizem com esse papel. Em 1878, o jornal noticia a doação de 50$000 réis de João Francisco Ferreira Jorge ao Asilo de Órfãs, instituição administrada pela Irmandade da Misericórdia. Elogiando outros "tantos benefícios [que] tem feito ao hospital", o jornal apresenta a doação como "um ato digno de louvores pela boa intenção que o originou" (ATO, 1878, p. 2). De acordo com os almanaques da década de 1870, Jorge era identificado como proprietário e dono de uma loja de fazendas e, na década de 1880, definido como capitalista, na qualidade de comprador de café. Jorge era participativo nas sociedades, principalmente nas instituições assistenciais: foi vice-presidente em 1878 e presidente em 1888 da Sociedade Portuguesa de Beneficência[4], além de mesário da Irmandade da Misericórdia em duas ocasiões: na terceira e na décima mesa administrativa. Suas participações em associações beneficentes foram destacadas na notícia, alavancando sua credibilidade perante o público.

De outra forma, por se tratar de um negociante de café, sugere-se que o envolvimento com a Santa Casa poderia beneficiar seus negócios, visto que esses espaços também eram frequentados por cafeicultores campineiros. Desse modo, vincular-se à Misericórdia e inserir-se em redes de sociabilidades locais importantes traria recompensas para sua imagem.

Figuras locais importantes também estavam ligadas à instituição. Em 1879, o coronel Joaquim Quirino dos Santos fez uma doação ao Asilo de Órfãs, de modo que a *Gazeta de Campinas* relata que ele, "indo há dias visitar o edifício do Asilo de Órfãs desvalidas, e vendo-

[4] O almanaque de 1879 descreve que a "sociedade conta atualmente 350 sócios entre efetivos, beneficentes e beneméritos, número que atesta o quanto os portugueses aqui residentes tomaram em consideração os grandes cometimentos que a sociedade tinha por fim realizar, e a maneira porque precedem sempre que se trata em pôr em prática uma ideia útil e humanitária" (FERREIRA; SILVA, 1878, p. 92).

o despido de mobília, ofereceu ao sr. Provedor a quantia de 500$000 réis", exaltando o ato como "digno de louvores e que mais uma vez vem provar os sentimentos filantrópicos do mesmo" (ATO, 1879, p. 62). Com esta narrativa, o coronel é colocado como um indivíduo atento às necessidades sociais, estando a beneficência considerada como intrínseca a seu caráter, promovendo a imagem de um cidadão magnânimo.

O doador, a instituição e a imprensa são bem próximos nesse caso, visto que o fundador da *Gazeta de Campinas* — Francisco Quirino dos Santos — tinha fortes vínculos familiares com as camadas abastadas e a administração da Misericórdia. Francisco era filho de Joaquim Quirino dos Santos e meio-irmão do tesoureiro da irmandade, Bento Quirino dos Santos. Portanto, imprensa, elite campineira e Santa Casa tinham vínculos não só sociais, mas, por vezes, familiares.

Esse exemplo envolve três elementos importantes em uma doação — aquele que doa, aquele que recebe e aquele que divulga. A ligação entre eles traz benefícios para os três. A imprensa, imersa nos círculos abastados, potencializaria o prestígio do doador e da instituição beneficiada, ao valorizar as qualidades de ambas para o público. No caso mencionado, a imprensa reforça as qualidades de Joaquim Quirino dos Santos, mesmo ele já sendo bem inserido na sociedade — e teria seu retorno em benefícios, como se descreve mais adiante.

Joaquim Quirino dos Santos era uma pessoa de posses e capitais, tendo sido considerado pelos almanaques como capitalista, proprietário e lavrador ao longo da década de 1870. Além de ter sido abastado economicamente, ele ocupou diferentes cargos públicos, como de delegado, de juiz suplente e de juiz de paz; foi ativo nas sociedades, como no teatro de São Carlos, onde foi tesoureiro em 1872 e presidente em 1878 e 1879, e no Colégio Culto à Ciência, onde foi secretário em 1872 e 1873; e também esteve presente nos empreendimentos em prol do melhoramento econômico e urbano do município: em 1878, foi tesoureiro do Club da Lavoura e um dos diretores da Companhia de Estradas de Ferro Mogyana. É possível caracterizar o coronel como alguém bem inserido na sociedade campineira, desfrutando de influência e prestígio em diferentes círculos sociais.

Por essa razão, o envolvimento com instituições beneficentes não seria intuito apenas daqueles que visassem ascender socialmente, mas, sobretudo, daqueles que já se encontravam no alto da hierarquia social. A beneficência à Santa Casa se constitui, portanto, como uma estratégia de manutenção de poder dos grupos mais influentes na sociedade, interessados em

propagar suas ditas qualidades na imprensa. Ao se mostrarem como cidadãos virtuosos e preocupados com a população, adquiriam uma justificativa simbólica de sua posição social.

Mais do que isso, não só o doador adquire uma aura benevolente, mas toda a camada abastada receberia os espólios dessa recompensa simbólica, já que a constante divulgação de "atos dignos de louvores" por indivíduos influentes na sociedade permitia que as recompensas reverberassem por toda a elite dominante local. Assim, é possível compreender que as doações, ao serem enaltecidas nos periódicos, poderiam ser utilizadas como forma de arregimentar a posição social de toda uma camada social.

Sendo assim, se doações divulgadas na imprensa promoveriam toda a elite local e os jornais eram formados por indivíduos a ela ligados, logo é possível propor que — de maneira recíproca — seriam seus próprios pares que dariam visibilidade às contribuições do doador. Os redatores da *Gazeta de Campinas* estariam elogiando as ações beneficentes feitas por aqueles vinculados a seu próprio círculo social. Com isso, as doações à Santa Casa só ganhariam seu sentido máximo através do vínculo entre a beneficência, as camadas abastadas e a imprensa, pois as recompensas sociais adquiridas pelas partes seriam exponenciadas e seus frutos compartilhados entre as três partes envolvidas.

Embora houvesse outros elementos que sustentassem a posição da camada dominante — como o poder econômico e repressivo —, o capital simbólico solidificaria tal hierarquia. Podemos dizer que, se a riqueza produz a desigualdade e a polícia a impõe, a prática beneficente buscaria justificar, em teoria, sua posição dominante. Logo, as doações feitas pela camada abastada campineira à Santa Casa devem ser compreendidas junto à expectativa de criar uma imagem positiva de si frente à sociedade através da imprensa. Entretanto, qual seria a razão de esse grupo se preocupar em parecer benevolente? No próximo tópico, as doações serão analisadas a fim de vinculá-las a um outro interesse: o controle social.

Temor e controle: beneficência como antídoto contra a fratura na coesão social

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, embora Campinas atravessasse uma fase de crescimento econômico e demográfico, em virtude da lucrativa produção cafeeira e da imigração, a desigualdade crescia. O avanço do processo de abolição, que alterava a composição social da cidade pelo aumento da população liberta, constituía um elemento de

tensão social. Consequentemente, temendo o enfraquecimento dos laços senhoriais, as elites buscavam renovar suas estratégias de controle social, incluindo a prática da beneficência.

Ao refletir a relação entre pobreza e assistência, Sanglard e Lopes (2018, p. 281) afirmam que "o papel da filantropia é um ângulo privilegiado para a compreensão da sociedade, do papel histórico da dádiva e do controle social sobre as classes trabalhadoras" e, de modo similar, Rangel e Stampa (2013, p. 17) defendem que "a assistência sempre teve, desde a colonização portuguesa, uma dimensão legitimadora do poder". Os grupos dominantes, com a prática beneficente, não visavam apenas o reconhecimento, mas, sobretudo, o controle social, ao justificar as hierarquias sociais. Assim, este artigo propõe que as doações dos grupos abastados à Santa Casa de Campinas eram motivadas pela legitimação do poder local, buscando minimizar as tensões sociais e readaptar as hierarquias da sociedade para o novo cenário social que despontava: o crescimento das camadas populares.

Como demonstrado por Chalhoub (1996), nesse período, as elites concebiam a "classe pobre" como "classe perigosa", sendo a pobreza o meio pelo qual se transmitia a desordem, a doença e a criminalidade, além de consistir em berço de revoltas. Em meio a uma cidade dividida entre aspectos senhoriais e "modernos", essa ambiguidade poderia prejudicar o controle social, gerando receio nas camadas dominantes. Segundo Regina Xavier (1996, p. 30), o crescimento da autonomia da população negra — escrava ou liberta —, ao adquirirem licenças como mercadores ou vendedores de rua, alterava as dinâmicas sociais em vigor[5].

Temerosa com a maior circulação da população negra, a elite escravocrata adotou medidas que limitassem seu acesso ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, tendo como base as políticas de branqueamento e as teorias racistas em voga (CARULA, 2016), a imigração europeia foi intensa na região campineira, limitando os espaços de trabalho da população negra. Essa situação de vulnerabilidade os prejudicaria, ao ponto de correrem o risco de necessitarem de assistência.

O vínculo entre escravidão, imigração e assistência pode ser representado na figura de Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, um importante proprietário de terras campineiro (Ribeiro, 2014, p. 111). Embora tenha mantido sua escravaria até seu falecimento, era um entusiasta da imigração europeia, escrevendo vários artigos sobre o tema e sendo um

[5] Ver mais em: EISENBERG, Peter. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos: 17(2), p.175-216. Maio/Ago. 1987; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 28.

"colaborador assíduo da *Gazeta de Campinas* [...] muito admirado pelo chefe do jornal, Francisco Quirino dos Santos" (*Ibid.*, p. 120). Além de seus vínculos com a imprensa, o Visconde também se envolvia com a beneficência, tendo doado 500$000 para a edificação do hospital da Misericórdia e participado do leilão de prendas organizado pela Irmandade em prol do Asilo de Órfãs com o valor de 45$000 réis.

Esse envolvimento com a assistência seria uma estratégia utilizada pela camada escravocrata para prolongar seus laços de dependência com os libertos[6], de maneira semelhante, como aponta Regina Xavier (1996, p. 20), às alforrias que eram concedidas para manter os vínculos senhoriais. Já segundo Castel (1998, p. 319-320), uma das expectativas por trás da beneficência era a de que o benfeitor mediaria o bem ao necessitado; do qual, por sua vez, esperava-se que retribuísse com gratidão e se tornasse dependente da assistência. Entretanto, dado que o sentimento de gratidão não seria uma regra, surge a outra face da beneficência: a necessidade. Na ausência de recursos, uma parte da população mais pobre, principalmente na falta de laços sociais de apoio, se submeteria a uma postura mais resignada[7]. Assim, a expectativa da elite com a assistência era buscar o controle social não só pela gratidão, mas também pela necessidade.

Por outro lado, o crescimento das necessidades da população também seria um elemento propulsor de tensões sociais, o que alardeava as elites locais para a *questão social*, que, segundo Castel, seria caracterizada por "[...] uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto" (CASTEL, 1998, p. 41). Definidos pelo autor como "desfiliados", esses indivíduos perderiam os vínculos com o grupo social ao qual pertenciam, ficando à margem de sua comunidade. Embora os estudos sobre a *questão social* considerem a industrialização como ponto determinante, em relação ao Brasil, Sanglard e Ferreira (2014, p. 73) apontam que ela pode ser "vinculada também ao processo de abolição da escravatura".

Por sua vez, a principal consequência da *questão social* não é vinculada apenas às camadas mais estigmatizadas da sociedade, mas se configura também como o risco de

[6] Embora os libertos tenham sido um dos maiores alvos da assistência da Misericórdia de Campinas, com mais de 1/3 dos atendidos, é importante ressaltar que as camadas populares contavam com outras formas de cura, principalmente aquelas adquiridas pela experiência escrava.

[7] Importante reforçar que havia outras formas de cura difundidas naquele período, como as das curandeiras. Contudo, embora a Santa Casa não fosse a primeira opção em muitos casos, caso as demais alternativas não surtissem efeitos, muitos enfermos recorriam à instituição, como descrito nos relatórios da provedoria. Ou seja, mesmo tendo outras possibilidades, a Misericórdia era, no mínimo, o último recurso.

descensão para grande parte da população laboriosa, ameaçando-os de uma vulnerabilidade social em massa. Haveria, assim, o "risco de *queda* de um estado em outro, a passagem de uma pobreza que não criaria problemas se permanecesse estabilizada para uma forma de privação total que pode desembocar numa explosão de violência" (CASTEL, 1998, p. 221). Ou seja, um problema até então limitado a um grupo marginalizado passaria a ser temido por grande parte da população. A essa ameaça poderia se esperar reações violentas, o que alimentaria os temores das camadas abastadas.

Um dos fatores que poderiam gerar revoltas era a ausência de assistência. Como se ilustra pelo contexto da Inglaterra no fim do século XVIII, os trabalhadores ingleses protestavam contra o fim da Lei dos Pobres, fato que levaria parte da população a uma situação de vulnerabilidade. Nesses conflitos, descritos na obra *Capitão Swing* de Eric J. Hobsbawn e G. Rudé (1969), o que mais chamou atenção de Arthur Young foi a postura dos revoltosos, visto que o auxílio da Lei dos Pobres, que "era [solicitado] formalmente, e ainda deveria ser pedido como um favor [...] é agora exigido frequentemente como um direito" (HOBSBAWM; RUDÉ, 1969, p. 71). A reivindicação dos trabalhadores ingleses questionava a assistência como uma concessão vinda da beneficência, como queriam os grupos dominantes, reposicionando-a como um direito adquirido.

Assim, a assistência estaria inserida em uma dinâmica social complexa, disputada entre os grupos envolvidos. Ainda que as camadas dominantes esperassem que fossem vistas como benevolentes, essa iniciativa não se dava exatamente por livre espontânea vontade, visto que as expectativas das camadas populares poderiam reivindicar a assistência. Mesmo não sendo instituída como direito, sua falta provocaria revoltas.

Em Campinas, apesar de parte da população ter sido ameaçada pela vulnerabilidade social, é importante destacarmos a existência de outros laços sociais, de modo que tanto a população liberta quanto escravizada poderiam acionar laços construídos durante os períodos de cativeiro e de liberdade[8] em momentos de carestia. Contudo, o fortalecimento desses laços também não seria interessante para as camadas abastadas, por representar os vínculos das comunidades negras, impedindo que as elites se colocassem como benevolentes. Esses laços poderiam também fomentar rivalidades entre os grupos sociais, ao contestarem a hierarquia e tendo potencial de desencadear intensas revoltas.

[8] Sobre laços construídos pela população liberta em Campinas, ver mais em: AMANCIO, 2010; FRACCARO, 2013; SLENES, 2011; XAVIER, 1996.

Portanto, a beneficência em torno da Santa Casa deve ser compreendida no contexto dos temores da elite campineira, que se via imersa em uma conjuntura de crescente desigualdade e de abolição da escravidão. A constituição desse novo cenário social poderia alimentar focos de contestação contra a hierarquia vigente, colocando em dúvida a posição privilegiada das camadas dominantes. Por essa razão, a "iniciativa" de um projeto assistencial poderia ser instrumentalizada, pela elite campineira, com o objetivo de serem vistas como benevolentes. As doações à Santa Casa seriam, assim, medidas que reforçariam a assistência como concessão, evitando caracterizá-la como direito, afastando possíveis momentos de tensão social e renovando os laços de dependências.

A Santa Casa de Campinas como prevenção à questão social e promoção dos grupos abastados

Como analisado, a Santa Casa de Campinas envolveria as funções médicas e a distribuição da assistência, papeis instrumentalizados pela elite campineira – principalmente pelos senhores de escravos – para fortalecer sua condição social ao divulgar sua participação pela imprensa como benevolentes. Dessa maneira, a assistência e a beneficência se encontram na Misericórdia, favorecendo a perpetuação de poder desses grupos, ao reatar laços sociais fragilizados pelas transformações sociais em curso e evitar perturbações à ordem social.

Uma das bases do sistema escravista era a prerrogativa dos senhores na entrega das alforrias, fazendo da obediência o único meio de conquista da liberdade. Por essa razão, as alforrias eram usadas pelos senhores como "parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes" (CHALHOUB, 1990, p. 100); mas, ainda assim, Chalhoub indica que essa prática já estava em decadência pelo menos duas décadas antes da abolição. Com essa estratégia perdendo a eficácia, justificaria a importância das menções na imprensa enaltecendo os senhores que concediam alforrias, atribuindo suas ações às "naturais" boas virtudes do senhor. Novamente a imprensa estaria presente, já que, como veículo de informação, vincularia os senhores à generosidade, na expectativa de que esses elogios renovassem os laços de dependências com os libertos.

Essa intenção pode ser exemplificada na notícia relatada pela *Gazeta de Campinas*, em abril de 1879, ao descrever a libertação do escravo Lourenço por Francisco Pompeo do Amaral como "um ato digno de todos os louvores" (LIBERDADE, 1879, p. 2), dado que não havia imposto qualquer condição. Assim, a imagem de Amaral é elevada pelo periódico, mostrando a alforria concedida como um ato notável, digna de ser divulgada ao público. Paralelamente, a

alforria seria colocada, teoricamente, como um presente, o qual, implicitamente, requereria a gratidão daquele que recebeu esse "tão louvável" ato.

Identificado como um indivíduo de posses nos almanaques das décadas de 1870 e 1880, Amaral também foi membro integrante da quarta mesa administrativa da Santa Casa de Campinas. Esse não era um caso isolado, mas comum, nas páginas da *Gazeta de Campinas*, onde senhores de escravos eram elogiados, seja pela libertação de escravos ou pelo envolvimento em instituições beneficentes.

A necessidade de renovar os meios de controle social estavam fortemente relacionada com o declínio da escravidão. De um lado, a atitude de parte da elite em investir em instituições assistenciais aponta a intenção de ser vista como filantropa e preocupada com as necessidades das camadas populares. Por outro, haveria também um interesse econômico. No regime escravista, o senhor seria responsável, em teoria, pela saúde do escravo nos momentos de moléstia e/ou na velhice. Como os escravizados eram essenciais na produtividade das fazendas, as doenças geravam perdas aos senhores. Esse não era um agravante até 1850, em razão da fácil reposição da mão de obra pelo tráfico negreiro. No entanto, com a Lei Eusébio de Queirós e o encarecimento dos escravizados, tornou-se necessário que os senhores investissem mais em assistência (OLIVEIRA, 2016, p. 78). Tal cenário não foi diferente em Campinas, onde vemos os escravocratas se envolvendo em instituições assistenciais a partir da década de 1870, de modo que "a Santa Casa foi uma das instituições que teve a função de atender sua população escravizada" (ALBINO, 2020, p. 117).

Albino (*Ibid.*, p. 116) verificou que a maioria dos atendidos na Santa Casa eram homens em idade ativa, atuantes no setor agrário. Analisando os perfis dos remetentes de enfermos ao Hospital da Misericórdia, o autor identifica "que parte significativa dos escravos pertencia a proprietários ligados à filantropia e à Santa Casa" (*Ibid.*, p. 117). Albino elaborou uma tabela dos 20 principais remetentes de escravizados ao hospital, responsáveis por 54,7% dos escravos atendidos. Cruzando as informações obtidas pelo autor com as listas de doações à Santa Casa e os membros das mesas administrativas, desenvolvemos a tabela a seguir:

Tabela 1 - Maiores remetentes de escravizados à Santa Casa de Campinas e a sua participação em mesas administrativas e em doações à instituição.

Nomes dos maiores remetentes de escravos à Santa Casa de Campinas	**% de enfermos escravizados remetidos**	**Mesa Administrativa**	**Categoria da doação[9]**
Baronesa de Limeira	6,7	--[10]	
Luiz Antônio de Souza Queiroz	4		
Albino José Barbosa de Oliveira	3,3		1-B
Maria Augusta de Mendonça Doque	3	--	
Geraldo Ribeiro de Souza Rezende	2,8	Mesa 12/15/16	
Joaquim Quirino dos Santos	2,5	Mesa 0	1-C; 3-A; 4-A
Maria Brandina de Souza Aranha	2,4	--	2-C; 5-B
Antonio Pompeu de Camargo	2,1	Mesa 2	1-B; 2-D
Antonio Carlos de Almeida Nogueira	2,1		3-B
João Manoel de Almeida Barbosa	2		
Domingos Leite Penteado	1,8	Mesa 3	1-A; 6-A
Baronesa de Atibaia	1,7	--	6-B; 5-A; 7-D
Pedro Egídio de Souza Aranha	1,7	Mesa 5	3-A
João Mourthé	1,4		
Antonio Américo de Camargo Andrade	1,4		1-C
Augusto Xavier Bueno de Andrade	1,4	Mesa 4	
João Ferraz de Campos	1,4	Mesa 0/10	4-C; 4-D
Avelino Antero de Oliveira Valente	1,3	Mesa 7/8	5-C; 7-C
João Leite de Camargo Penteado	1,3		
João Baptista de Moraes Godoy	1,1	Mesa 4	2-A

Fonte: Nomes e porcentagens obtidas de ALBINO, Matheus Alves, Op. cit., p.118; mesas administrativas, através do livro do centenário e as doações, dos relatórios da provedoria.

De acordo com a tabela, os principais remetentes dos escravizados foram ativos na Irmandade de Misericórdia, seja com doações ou como membros das mesas. Dos 20 nomes listados, 60% contribuíram à Santa Casa, com 21 doações. Desse total, um terço foi de doações acima de 500$000 réis; enquanto 11 das 21 contribuições foram entre 499$000 réis e 50$000 réis. Esse grupo colaborou com valores altos e médios, mostrando, então, uma forte colaboração financeira à instituição. Houve também o seu envolvimento no quadro administrativo: entre os

[9] O código apresentado nesta coluna se refere à forma empregada nesta pesquisa para qualificar as doações pelo seu valor e sua temporalidade. Os relatórios da provedoria nos forneceram sete listas de doações pecuniárias. Cada uma delas foi atribuída a um número, sendo: 1- valores entregues até a inauguração do hospital em 1876; 2- valores entregues no leilão de prendas do Asilo de Órfãs em 1877; 3- valores entregues no ano compromissal de junho de 1878 até junho de 1879; 4- valores entregues de julho de 1880 até maio de 1881; 5- valores entregues de junho de 1881 a maio de 1882; 6- valores entregues de junho de 1882 até maio de 1883; e 7- valores entregues de junho de 1883 até maio de 1885. Já em relação às letras, dividimos as doações em 5 faixas de valores, à cada qual atribuímos uma letra. Assim, o grupo A corresponde a uma quantia doada igual ou maior que 500$000 réis; o grupo B, de 499$000 a 101$000 réis; o C, de 100$000 a 51$000 réis; o D, de 50$000 a 11$000 réis e, por fim, o grupo E refere-se às doações de até 10$000 réis. Ver mais em: [Referência suprimida para avaliação cega]

[10] Colocamos a sinalização "—" nas remetentes mulheres indicadas nesta coluna em virtude de não termos encontrado mulheres na composição de nenhuma mesa administrativa do nosso recorte de análise.

homens[11], 56,25% fizeram parte de pelo menos uma Mesa Administrativa. Assim, aqueles que mais remetiam escravos eram os mesmos que financiavam e administravam o hospital.

Parte significante das mesas administrativas eram compostas por pessoas de posses, como fazendeiros, proprietários e/ou capitalistas (AUTOR/A, 2023) [Referência suprimida para avaliação cega]. Os fazendeiros merecem destaque, pois representavam de 25% a 56,25% da administração na década de 1870 e, como doadores, foram responsáveis por 30% das doações ao longo de todos os períodos, principalmente com valores acima de 100$000 réis e, entre 1881-1882, representando dois terços dos donativos[12].

Dessa maneira, é possível afirmar que havia uma correlação entre a Misericórdia e a camada abastada dos campineiros, sobretudo os fazendeiros, com íntima participação na administração, na entrega de doações e no envio de enfermos escravizados à instituição. A Santa Casa seria, portanto, um *locus* onde as elites agrárias depositavam esperança e dinheiro na assistência; isso contribuiria, de um lado, com a sua imagem de benevolente e, de outro, com a recuperação de mão de obra enferma, trazendo vantagem econômica. Tais vantagens, por sua vez, seriam importantes ao considerarmos que as transformações urbanas e o processo de abolição traziam impactos nas relações de poder locais.

Contudo, se o escravo fosse alforriado, quem se responsabilizaria por sua saúde? Na teoria, ele mesmo. Todavia, em razão dos obstáculos em sua inserção econômica, muitas vezes isso não era possível em situações de enfermidade. O alastramento dessa situação fomentaria os temores da elite local — originados pelos seus preconceitos e pelos discursos ideológicos em voga — de que, com o aumento das alforrias, essa população entregar-se-ia ao vício e à criminalidade.

No fim do século XIX e, principalmente, no início do XX, o sanitarismo aplicaria um conjunto de medidas urbanas, médicas e higiênicas que controlariam as habitações e os corpos das camadas populares, com a justificativa de combater a proliferação de doenças e dos vícios sociais. Embora as medidas sanitárias em São Paulo tenham sido mais presentes entre 1890 e 1920 — com a criação de um corpo sanitário no combate às epidemias e de uma legislação sanitária (SILVA, 2007, p. 249) —, a medicalização dos hospitais já estava em curso em outras Misericórdias, como a do Rio de Janeiro e a de Porto Alegre (SANGLARD, 2006, p. 26-27).

[11] A participação das Mesas Administrativas foi exclusivamente masculina ao longo do nosso recorte de estudo.
[12] Informações obtidas pelo cruzamento dos dados presentes nos almanaques e no relatório da provedoria.

Inclusive, esse viés da Santa Casa de Campinas tornar-se-ia bem evidente nas epidemias de febre amarela na década de 1890.

Não seria interessante para as camadas abastadas campineiras que aumentasse a população desfiliada. Mesmo em um contexto no qual uma parcela dessa população fosse auxiliada por laços internos, principalmente nas comunidades negras, esses laços estariam alheios à elite campineira, não contribuindo para a produção de dependentes. E pior: no caso de esses laços internos não serem suficientes, haveria aumento da população desassistida e piora no quadro de saúde pública, com risco de epidemias. Um de seus efeitos seria fomentar uma causa de revolta, com maior exigência por assistência ou reacendendo outras questões sociais latentes. Diante da possibilidade de abalos em sua hierarquia, as camadas dominantes precisavam reforçar a assistência como uma concessão. O investimento, por meio das doações, à Santa Casa de Campinas, seria uma forma de lidar com as ameaças de epidemia e, ao mesmo tempo, pelo caráter beneficente da instituição, apresentar a assistência como dádiva, financiada pelas elites campineiras com intuito de minimizar os atritos sociais.

Os pacientes atendidos pela Santa Casa de Campinas podem ser divididos em quatro grupos. O primeiro seria o dos nacionais pobres — homens e mulheres de baixa renda nascidos no Brasil —, com atendimento gratuito. O segundo, de estrangeiros, muitos de baixa renda, também era atendido sem custo e era um grupo que crescia muito em razão do interesse de substituir a mão de obra escrava (RIBEIRO, 2014, p. 109). O terceiro grupo são os escravos, cujas despesas eram custeadas pelos senhores. Somados, esses três grupos correspondem a mais de 95% dos pacientes da Santa Casa durante o nosso recorte, cumprindo a premissa de que o público-alvo seria as camadas populares. Já o quarto grupo são os pensionistas, aqueles com tratamento pago, seja pelo próprio paciente ou por terceiros, com mínima participação ao longo do período imperial.

Na década de 1880, os responsáveis pelo hospital se preocupavam com o aumento expressivo de nacionais pobres. Em junho de 1885, o mordomo Valentim José Silveira Lopes relata que os enfermos pagantes renderam a quantia de 23:114$460 réis, sobretudo os pacientes escravizados, pagos pelos senhores. Essa situação alerta o mordomo, segundo o qual essa quantia “diminuirá todos os dias daqui a fonte dessa receita, sem que decresça a razão da despesa” (SAMPAIO, 1885. p. 12-13). Essa preocupação era reflexo do processo de abolição: em fins da década de 1880, crescia o número de alforrias em grande escala. Nesse cenário, quanto mais alforrias, mais esvaziar-se-ia o grupo na condição de pagantes (pelos senhores) para então se enquadrarem no grupo não-pagante de nacionais pobres.

O relatório da provedoria de 1885-1887, feita pelo Major Antônio Luiz Rodrigues, expôs a relação entre o processo de abolição e o financiamento da instituição, quando é relatado que

> [...] existia em épocas anteriores uma receita não pequena pelo tratamento de doentes escravos, concorrendo assim facilmente a fazer-se face às despesas, porém atualmente acontece o contrário, deixa de aparecer essa verba da receita e aumenta-se as despesas visto concorrerem como doentes livres e indigentes à proporção que se vão retirando das fazendas de seus ex-senhores pela obtenção de suas liberdades (RODRIGUES, 1887, p. 4).

O aumento das despesas, resultante do aumento dos não-pagantes libertos, e a consequente diminuição das receitas oriundas da escravização geravam preocupações à Mesa Administrativa. Neste cenário, as capacidades da instituição estariam aquém da necessidade de assistência, podendo prejudicar a imagem de benevolência que se pretendia propagar.

Os administradores da Santa Casa estavam atentos às discussões políticas em relação à escravidão e seus efeitos à instituição. Valentim observa que "batem à porta já centenas de infelizes sexagenários, e em breve será maior o seu número, pois que muitos deles não poderão contar com outro refúgio além do que lhe possa vir da caridade pública" (SAMPAIO, 1885, p. 12). É interessante notar que esse cenário foi relatado três meses antes da aprovação da Lei dos Sexagenários. Valentim pode ter concluído que a lei, se aprovada, levaria os idosos libertados provavelmente à assistência, procurando o socorro da Santa Casa.

Essa ameaça financeira poderia afetar o desempenho da assistência oferecida, não cumprindo o pré-requisito de utilizar uma instituição beneficente para criar uma imagem pública favorável. Nesse momento de desestruturação do regime escravista, era necessário absorver a parcela egressa da escravidão, para evitar o crescimento de desamparados e os consequentes prejuízos para a coesão social.

A reelaboração dos laços de dependência com os libertos, e constituir um método de controle eficaz, exigia que a Santa Casa fosse capaz de assistir essa população que crescia. Os casos aqui analisados indicam o quanto a instituição estava imbuída no processo de absorção daqueles que precisassem de assistência, seja a mão de obra para ser recuperada, seja a população mais velha após anos de escravidão. O investimento em uma instituição beneficente também poderia ser usado para reafirmar sua posição social frente a um contexto de transformação das relações sociais.

Considerações finais

A intenção deste artigo foi entender as motivações em torno das doações feitas pela camada abastada campineira à Santa Casa de Campinas. Essa instituição permitia abarcar assistência e beneficência, ambos aspectos relevantes que foram instrumentalizados pelas elites locais a fim de adquirir reconhecimento social, enquanto contribuía para seus interesses econômicos. O hospital também permitia oferecer uma assistência ligada à beneficência, diminuindo possíveis reivindicações dela como direito, além de absorver grupos desassistidos que poderiam perturbar a coesão social.

A imprensa exerceu um importante papel nesses objetivos sociais. A divulgação das doações enriquecia o retorno social, de modo que a camada abastada fosse propagandeada como generosa e virtuosa, uma elite preocupada com as mazelas sociais. Essa imagem positiva permitia reforçar a hierarquia social, que atravessava um período de transformações em sua estrutura, compondo as estratégias de renovação dos laços de dependência e de controle social pela assistência.

Referências bibliográficas

ALBINO, Matheus Alves. *Revelando a doença e a morte*: morbidade e mortalidade em Campinas, 1875-1900. Campinas, SP: Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s.n.], 2020.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e terra, 2002.

AMANCIO, Kleber Antônio de Oliveira. *À procura da liberdade moral*: a vida cotidiana dos ex-escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 2010.

ATO filantrópico, Gazeta de Campinas, 04/03/1879, ed. 1562, p. 2.

ATO filantrópico, Gazeta de Campinas, 18/10/1878, ed. 1452, p. 2.

BARCELLOS, Henrique de. *Almanach do Correio de Campinas para 188*6. Campinas: Tipografia do Correio de Campinas, 1885.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero*: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870 – 1889). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

EISENBERG, Peter. *Ficando Livre*: As alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos: 17(2), Maio/Ago, 1987, p.175-216.

FERREIRA, Carlos; SILVA, José Hypólito. *Almanach popular de Campinas para o anno de 1879*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878.

FRACCARO, Laura Candian. *Famílias ao longo do tempo*. Estratégias de manutenção de riquezas entre libertos em Campinas no século XIX. Santa Catarina: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 15 a 18 de maio de 2013, p. 1-24.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna*: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Campinas: Unicamp/CMU Publicações, 2016.

HOBSBAWM, Eric; RUDÉ, George. *Captain Swing*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1969.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade*: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LIBERDADE, *Gazeta de Campinas*, 13/04/1879, ed. 1594, p. 2.

LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1872*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1871.

_____. *Almanak de Campinas para 1873*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1872.

MANUMISSÕES, Gazeta de Campinas, 24/04/1877, ed. 1016, página 2.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. O traço do personalismo das instituições assistenciais: doadores, doações e projeção social no Ceará oitocentista. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p. 129-145.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. *Assistência à saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

PINHEIRO, José Gonçalves. *Almanach de Campinas para 1888*. Campinas, 1888.

RANGEL, Rosangela Faria; STAMPA, Inez Terezinha. *Assistência no Rio de Janeiro*: elite, filantropia e poder na Primeira República. Rio de Janeiro, 2013. 223 p. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O visconde imigrantista e a sua escravaria. Campinas, 1887. HISTÓRIA E ECONOMIA – *Revista Interdisciplinar*. Brazilian Business School – v.12, n.1, São Paulo, 2014.

ROCHA, Leila Alves. *Caridade e Poder*: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889). Campinas: UNICAMP, 2005 (mestrado em Política e História Econômica).

RODRIGUES, Antônio Luiz. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1885-1887*. Campinas: Tipografia do Livro Azul, 1887.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre*: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885

SANGLARD, Gisele Porto; FERREIRA, Luiz Otávio. *Pobreza e filantropia*: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). Estudos Históricos, v. 27, n. 53, 2014.

SANGLARD, Gisele Porto; LOPES, Maria Antônia. *Pobreza e assistência*: debates historiográficos. Tempo, v. 24, n. 2, 2018.

SANGLARD, Gisele Porto. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Revista Esboços*, UFSC, v. 13, n. 16, 2006.

_____. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, supl.1, jul. 2010.

SILVA, José Hypolito. *Almanach popular para o ano de 1878*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1877.

SILVA, Márcia Regina Barros da. O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. *Revista Brasileira de Histór*ia. São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava*: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOUZA, João Lucas Moura e. *"Um ato digno de louvores": assistência e beneficência na Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

TOMASCHEWSKI, Claudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência*: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). Mestrado em História: PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

_____. *Relatório apresentado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1881.

_____. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*: anno compromissal 1881 a 1882. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883.

_____. *Relatório do Asylo de Orphãs de Campinas apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1879.

_____. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1879.

VIEIRA, Joaquim José (efetivo); LOPES, Valentim José da Silveira (interino). *Relatórios apresentados à Irmandade de Misericórdia de Campinas*: anno compromissal de 1882 a 1883. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Topoi – *Revista de História*, Rio de Janeiro, v.9, n.16, 2008.

_____. Mutualismo e filantropia. *Locus*: Revista De História 10 (1), 2004.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade*. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.